

SUMÁRIO

I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GENERALIDADES DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA

1. Introdução	13
2. A dívida ativa da Fazenda Pública	19
3. Espécies de dívida ativa da Fazenda Pública	26
4. Os requisitos e o momento da constituição da dívida ativa	28
5. Conceito de Fazenda Pública e de Fazenda Nacional	30
6. A extensão de privilégios às autarquias e às fundações públicas.....	33
7. Empresa pública, a sociedade de economia mista e a cobrança de seus créditos	36

II – DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Acertamento da obrigação tributária e da não-tributária.....	38
2. Procedimento administrativo de apuração	40
3. Lançamento do crédito tributário e do não-tributário	45
4. Procedimento administrativo de impugnação do lançamento	52
5. Certeza e liquidez da obrigação tributária e não-tributária	59
6. Vencimento e exigibilidade da obrigação tributária e não-tributária	60
7. Conceito de inscrição da dívida ativa	62
8. O termo de inscrição da dívida ativa	66
9. Efeitos da inscrição da dívida ativa.....	69
10. Requisitos essenciais da inscrição da dívida ativa	71
11. Presunções da dívida ativa inscrita	75
12. Inscrição da dívida ativa por órgão incompetente	78
13. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN	79

III – DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito de certidão da dívida ativa.....	85
2. Requisitos da certidão da dívida ativa	87
3. A identificação e o domicílio ou residência do devedor inadimplente e do res- ponsável pela dívida ativa.....	89
4. A quantia objeto da certidão.....	110
5. Origem e natureza do crédito da Fazenda Pública	114
6. Disposição legal específica.....	117
7. Caracterização da inscrição e do procedimento administrativo	118
8. Acréscimos e encargos da dívida ativa.....	121
9. Parcelamento da dívida ativa autorizado por lei.....	127
10. Substituição e emenda da certidão da dívida ativa	138

IV – DA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito e natureza da execução fiscal	142
2. Estado de Direito e execução fiscal.....	144
3. O sistema previsto no Decreto-lei 960, de 17.12.1938.....	145
4. A unificação do processo de execução e a execução fiscal	147
5. A sistemática da nova execução fiscal (Lei 6.830, de 22.09.1980) e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	149
6. Inexistência de sentença na execução fiscal	156
7. Execução fiscal e coisa julgada	157
8. Execução fiscal como espécie de execução por quantia certa	159
9. Requisitos da execução fiscal.....	160
10. Título executivo fiscal	162
11. Inadimplemento do devedor	164
12. Execução fiscal e ação anulatória de débito fiscal	167
13. Legitimação ativa e passiva para a execução fiscal	170
14. Execução fiscal e juízo universal.....	175
15. A execução fiscal dirigida ao fiador, ao espólio e à massa falida	179
16. O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.....	188
17. Os sucessores a qualquer título	195
18. Responsabilidade solidária do administrador judicial e outros administradores.	197
19. Meação da mulher casada e co-responsabilidade tributária do marido	202
20. Ordem de preferência do crédito tributário e não-tributário e a extensão de benefícios tributários a toda a dívida ativa	205
21. Contribuições previdenciárias	208
22. Bens que respondem pelo pagamento da dívida ativa	221
23. Responsabilidade dos auxiliares da justiça	225
24. Processo administrativo.....	228

V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Pressupostos processuais e condições da ação	234
2. Da jurisdição e competência.....	235
3. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Federal	241
4. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal	246
5. A competência para as ações das autarquias e das fundações públicas	249
6. Da petição inicial, seus requisitos e sua simplificação.....	253
7. Do objeto da execução fiscal	257
8. Dos atos da execução fiscal.....	258
9. Das nulidades da execução fiscal.....	263
10. Não sujeição da petição inicial ao pagamento de taxa judiciária ou preparo	267
11. Acumulação de pedidos ou reunião de execuções	276
12. O valor da causa e sua impugnação.....	279

13. Intimação dos atos da execução fiscal	285
14. Intimações ao representante processual da Fazenda Pública	288
15. Intervenção do Ministério Público na execução fiscal	292

VI – DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Do ajuizamento e da propositura da ação de execução fiscal	293
2. Da distribuição da execução fiscal	294
3. Do despacho inicial: efeitos, arbitramento de honorários e indeferimento da inicial	296
4. Da citação do devedor	303
5. Finalidade e conteúdo da citação na execução fiscal	304
6. Da citação postal	306
7. Frustração da citação postal	314
8. Citação por edital	319
9. Curador especial ao devedor citado por edital	322
10. Arresto e citação por edital	324
11. Frustração da citação por edital	329
12. Da prescrição, sua interrupção e sua suspensão	331
13. Da prescrição intercorrente	340
14. Dispensa da citação	346
15. Do executado não encontrado e sem bens penhoráveis	348

VII – DA PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Penhora ou garantia da execução fiscal	353
2. Penhora pelo valor da dívida, juros, multa de mora e encargos indicados na certidão da dívida ativa	358
3. Dos depósitos judiciais em dinheiro	360
4. Fiança bancária	364
5. Nomeação de bens à penhora	366
6. Indicação de bens oferecidos por terceiros	368
7. Penhora pelo oficial de justiça	370
8. Bens impenhoráveis	372
9. Arresto de bens do devedor em lugar incerto e não sabido	382
10. Remoção de bens penhorados	388
11. Pagamento da parcela da dívida e garantia da execução pelo saldo remanescente	393
12. Efeitos da penhora na execução fiscal	395
13. Intimação da penhora ao executado na execução fiscal	399
14. Intimação do cônjuge do executado	404
15. O termo e o auto de penhora	410
16. Avaliação dos bens penhorados	412
17. Obrigação de a avaliação constar no termo ou auto de penhora	415
18. Impugnação e decisão sobre a avaliação	418
19. Registro da penhora ou do arresto	422
20. Substituição e reforço dos bens penhorados	424
21. Alienação antecipada dos bens penhorados	430

VIII – DA EXPROPRIAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL ATRAVÉS DA ARREMATACÃO

1. Conceito e natureza da expropriação	434
2. Conceito de arrematação	438
3. Procedimento da arrematação	440
4. Intimação das partes	441
5. Edital e sua publicação	447
6. A praça e o leilão	451
7. Regras especiais para a arrematação de imóveis	459
8. Auto de arrematação	462
9. Desfazimento da arrematação	465
10. Incidentes da arrematação	470
11. Carta de arrematação	472
12. Dos leilões judiciais nas execuções fiscais da dívida ativa do INSS.....	477

IX – DAS FORMAS DE PAGAMENTO AO EXEQUENTE

1. Do pagamento ao credor.....	480
2. Do pagamento pela entrega de dinheiro	481
3. Do pagamento pelo usufruto de imóvel	488
4. Conceito de adjudicação.....	495
5. Adjudicação no sistema do Código de Processo Civil e adjudicação no regime da Lei 6.830, de 22.09.1980	498
6. Adjudicação antes do leilão	501
7. Adjudicação após o leilão	503
8. Adjudicação por preço superior ao crédito exequendo	506
9. O auto e a carta de adjudicação	507
10. Da alienação por iniciativa particular	510

X – DA REMIÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Conceito de remição	514
2. Espécies de remição.....	517
3. Remição na execução.....	519
4. Remição de bens de devedor	525
5. Remição no processo de execução fiscal	535

XI – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO

1. Meios de defesa do executado	539
2. Conceito e natureza dos embargos do devedor	541
3. Contagem do prazo dos embargos.....	545
4. A petição dos embargos do executado.....	549
5. Autuação dos embargos do devedor	553
6. Matéria a ser discutida nos embargos	555
7. Requisitos de admissibilidade dos embargos.....	561
8. Rejeição preliminar dos embargos à execução.....	562
9. Efeitos dos embargos do devedor à execução fiscal.....	564

10. Requerimento de prova nos embargos.....	566
11. A reconvenção e a compensação nos embargos.....	568
12. As exceções.....	573
13. Procedimento dos embargos: impugnação, instrução e julgamento.....	575
14. Julgamento antecipado da lide nos embargos.....	581
15. Efeitos do julgamento dos embargos à execução.....	584

**XII – DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ARREMATACÃO,
DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ALIENAÇÃO,
DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ADJUDICAÇÃO E
DA IMPUGNAÇÃO DE CONCORRENTE AO PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO**

1. Generalidades.....	586
2. Matéria dos embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação.....	590
3. Da impugnação de concorrente ao pedido de adjudicação.....	593
4. Processo dos embargos.....	595
5. Ineficácia da arrematação, da alienação ou da adjudicação realizada por credor ou terceiros, sem direito legal de preferência, frente a processo de execução fiscal com penhora sobre o mesmo bem.....	597

**XIII – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO
POR CARTA PRECATÓRIA**

1. Juízo do foro da situação da coisa.....	600
2. Procedimento dos embargos.....	606
3. Argüição de questões preliminares e de mérito perante o juízo deprecado.....	608

XIV – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Generalidades sobre embargos de terceiro.....	612
2. Das partes nos embargos de terceiro.....	616
3. Juízo competente.....	624
4. Do procedimento dos embargos de terceiro.....	626

XV – DOS RECURSOS CABÍVEIS NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Dos recursos em geral.....	634
2. Decisões recorríveis no processo de execução.....	637
3. Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial.....	638
4. Outras sentenças apeláveis no processo de execução.....	642
5. Cabimento do agravo de instrumento no processo de execução.....	646
6. Embargos de declaração, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário no processo de execução.....	650
7. Recursos no processo de embargos do devedor e de terceiros e o valor da execução.....	657
8. Agravo de instrumento em causas de alçada.....	660
9. Do duplo grau de jurisdição e reexame necessário em causa de alçada.....	662
10. Apelação nos embargos do devedor e de terceiros.....	665
11. Embargos de declaração.....	666

12. Embargos infringentes nas execuções de até cinquenta ORTN's	666
13. Recurso especial e recurso extraordinário	669
14. Recurso contra cálculo de atualização de débito	670
15. Autorização legal para o conformismo e desistência da Fazenda Pública Federal em qualquer fase da execução fiscal	671
16. Súmulas vinculantes	672

XVI – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Causas que justificam a suspensão	676
2. A exegese jurisprudencial do art. 40 da Lei de Execução Fiscal	678
3. Morte ou perda da capacidade processual	685
4. Oposição de exceção de incompetência, suspeição e impedimento do juízo.....	689
5. Convenção das partes da execução fiscal	690
6. Suspensão da execução por embargos do executado e por embargos de terceiro	691
7. Efeitos da suspensão da execução	695

XVII – DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Extinção da execução: generalidades	696
2. Causas de extinção da execução fiscal.....	698
3. Satisfação da obrigação fiscal.....	699
4. Transação da dívida	700
5. Cancelamento da inscrição da dívida ativa e desistência da execução fiscal.....	702
6. Renúncia ao crédito: remissão e anistia fiscal.....	708
7. Declaração da extinção da execução fiscal	709

XVIII – DA AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITOS FISCAIS, DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

1. Ação anulatória de débitos fiscais.....	711
2. Medida cautelar fiscal	716
3. Procedimento da medida cautelar fiscal	718
4. Exceção de pré-executividade	722
BIBLIOGRAFIA	731